

# Congresso recua e Estados pagarão mais

## Ademar Shiraishi

A reabertura das negociações com o Executivo levou a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e o PMDB a aumentar a parcela da dívida externa que os Estados e municípios terão de pagar, no próximo ano. O presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB/MA) disse, no início da noite de ontem, que os Estados e municípios deverão pagar, em 1989, pelo menos os Cz\$ 103 bilhões — em valores de junho último — que pagaram este ano. Hoje, a Comissão Mista de Orçamento terá reunião informal para rever as regras de rolagem das dívidas estaduais e municipais, com a elevação do limite de pagamento proposto pelo relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB/PA), de Cz\$ 68 bilhões.

As dificuldades em manter a proposta do relator da comissão, senador Almir Gabriel, e a consequente decisão do comando da Comissão Mista de Orçamento do Congresso de aumentar a parcela de pagamento das dívidas externas dos Estados e municípios, motivou o cancelamento da reunião programada para a tarde de ontem no Palácio Alvorada, entre os parlamentares e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Ontem, Cid Carvalho, Almir

Gabriel e outros dez parlamentares estiveram com o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para discutir a retomada das negociações com o Executivo e a ameaça de "racha" dentro da própria comissão, em que integrantes ligados ao Governo preparavam o bombardeio à emenda substitutiva do relator. Segundo Cid Carvalho, a disposição do Executivo de negociar e a reunião na casa de Ulysses serviu para desarmar os espíritos.

Os deputados pefelistas Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco e Paes Landim receberam autorização para, ontem mesmo, iniciar os entendimentos com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, sobre as emendas que o Governo considera criadora de despesas extras e ameaçadoras da meta de déficit operacional de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), no Orçamento Geral da União para o próximo ano. Outro grupo parlamentar assumiu a incumbência de contatar os governadores para, novamente, analisar a possibilidade dos Estados e municípios pagarem mais do que os Cz\$ 68 bilhões propostos na emenda do senador Almir Gabriel.

"Não dá para ficar na posição do relator. Existe o consenso de que dispensar dezessete Estados de qualquer pagamento e cobrar apenas 25% dos encargos da dívida em

1989 dos três Estados mais endividados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) é muito pouco"; afirmou Cid Carvalho. Em sua opinião, o ponto de partida para as negociações de hoje com o Executivo, a serem amarradas pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, serão os Cz\$ 103 bilhões que Estados e municípios pagaram este ano e poderão chegar a Cz\$ 130 ou 150 bilhões.

O deputado Virgildásio de Sena (PMDB/BA) disse, em entrevista ao lado de Cid Carvalho, que as novas negociações podem até acabar com a isenção de pagamento da dívida pelos 17 Estados menos desenvolvidos, ao lembrar que todos os devedores devem pagar, se tiverem capacidade para isso. Virgildásio lembrou que, se o Congresso mantiver as facilidades que considera excessivas para a rolagem da dívida, o Executivo pode bloquear as transferências de recursos da União para Estados e municípios, como forma de garantir o recebimento de seus créditos.

Embora partidário da ampliação da cobrança da dívida dos Estados e municípios, Virgildásio ressaltou que não é só a redução da receita junto aos governos estaduais e municipais que inviabiliza a meta de déficit de apenas 0,1% do PIB, em 89.